REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
ISSN -2359-1382
dPGE | Departamento de Políticas e Gestão Educacional

A avaliação educacional compreende um vasto campo científico e investigativo no interior do qual pode ser identificado um conjunto de autores e trabalhos que, sem necessariamente compartilharem da mesma conceituação de avaliação ou da caracterização de seus objetos, metodologias e contornos, abarcam as implicações tanto políticas quanto pedagógicas das atividades avaliativas, quer aquelas originadas em instâncias de entes federados, como são as denominadas avaliações em larga escala ou externas, quer as que ficam sob responsabilidade de escolas e professores, denominadas avaliações internas ou da aprendizagem, cada uma delas com desdobramentos e repercussões de grande impacto para redes de ensino, escolas e, sobretudo, alunos quanto ao uso de seus resultados.

Ademais da visão liberal-meritocrática, para a qual a avaliação se configura como um expediente para estabelecer quem são os que triunfam, assiste-se, sobretudo nas últimas décadas, à associação ao emprego de procedimentos avaliativos, como são os testes padronizados, para indicar sobre a qualidade, também um conceito repleto de polêmicas e diferenciações, do trabalho escolar e seus responsáveis.

Em seu sentido amplo, a gestão educacional, no escopo de redes de ensino ou de escolas, tem uma relação privilegiada com a avaliação educacional, pois esta pode fornecer informações com base nas quais decisões são tomadas para definir a trajetória de alunos ou orientações políticas mais amplas, passando pela utilização na elaboração e desenvolvimento de projetos político-pedagógicos.

A esse quadro pode-se, ainda, agregar a problematização em torno da formação profissional dos avaliadores, com especial ênfase aquela relativa à atividade docente, que, por insuficiência ou ausência em cursos de licenciatura, podem limitar a compreensão e a condução da avaliação.

Partindo desse pressuposto, não obstante às disputas contemporâneas em torno da ideia de avaliação, os textos que compõem esse dossiê abordam a temática de forma crítica e propositiva, sendo fundamentados em resultados de reflexão teórica e pesquisas nos mais diferentes contextos. Os espaços institucionais dos quais advêm as ideias de avaliação presentes nos artigos dessa edição retratam parcela significativa das tendências em avaliação manejadas

ISSN:2359-1382 DOI http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.XXXXX

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pelacriação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

pelos municípios e estados da federação. O que se observa – e se constata – é a similaridade metamorfoseada em cada rede de ensino, cunhada pelos ditames neoliberais de mercado em Educação.

Porém, na contramão do movimento neoliberalizante no ato de avaliar, o que se vê nos textos são tensionamentos para a criação de formas outras de conceber e praticar a avaliação. Por isso, cabe destacar dois conceitos necessários ao entendimento do debate travado ao longo dessa edição da Revista de Administração Educacional: o de "avaliação da aprendizagem" e o de "avaliação educacional".

O primeiro, de modo geral, diz respeito aos instrumentos avaliativos utilizados em meio à prática docente par aferir o ganho de aprendizagem dos discentes, na avaliação diagnóstica, na formativa e na somativa. Já o segundo, a "avaliação educacional", é o conjunto de táticas instrumentais que são praticadas pelos órgãos superiores para a análise do sistema como um todo, por alguns configurado como sinônimo de avaliação em larga escala.

Cabe ressaltar que esse dossiê é o resultado do esforço empreendido por duas pesquisadoras e um pesquisador, todos com inserção pertinente em se tratando das implicações políticas e pedagógicas da avaliação na Educação Básica. Estes são a Dra. Valéria Aparecida de Souza Siqueira (Universidade Estadual da Paraíba), o Dr. Ocimar Munhoz Alavarse (Universidade de São Paulo) e a Dra. Pâmela Félix Freitas (Universidade Estadual do Ceará).

Por último, porém não menos importante, é o reconhecimento da capacidade reflexiva que as discussões aqui propagadas poderão gerar no âmbito acadêmico e, principalmente, no chão da escola. É com esta finalidade que o Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE) lança mais um número: a de vislumbrar o diálogo em favorecimento das redes públicas de ensino.

A equipe editorial.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pelacriação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/